

DESAFIOS PEDAGÓGICOS PARA A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL NA FRONTEIRA

Pedagogical Challenges for Educational Cooperation on the Brazilian Border's

Antônio Cesar Barreto LIMA*

Resumo: O presente artigo objetiva discutir os principais procedimentos de implantação de um currículo de fronteira, considerando principalmente a organização do sistema escolar, e a forma como as práticas educativas deverão ser tratadas nesse currículo, uma vez que ao tratar de currículo de fronteira, faz-se necessário identificarmos as contribuições das diversidades culturais na formação do cidadão residente em locais de fronteiras. Desta forma, apresentamos algumas reflexões sobre as características de um currículo com cheiro e sabor de interculturalidade.

Palavras-chave: identidade, currículo, diversidade cultural, fronteira.

Abstract: This article aims to discuss the main procedures to implement a curriculum to borders and frontiers schools, considering mostly the organization of the educational system, and the way the educational practices must be developed on those curriculums, since we are talking about curriculums in frontiers areas and we must attempt to the diversity of the contribution from the several cultures involved. There for we present reflections about the curriculums characteristics with flavor and smell of interculturality.

Key-words: identity, curriculum, cultural diversity, border.

Introdução

Antes de falarmos sobre currículo, cabe primeiramente fazermos o seguinte questionamento: *o que é preciso para que a escola de fronteira seja intercultural?*

Conforme o documento intitulado “Programa Escolas Bilíngues de Fronteira: modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira”, uma educação para as escolas de fronteira implica conhecimento e valorização das culturas envolvidas, tendo como base práticas de *interculturalidade*. Como efeito da interação e do diálogo entre os grupos envolvidos, têm-se, então, as relações entre as culturas, o reconhecimento das características próprias, o respeito mútuo e a valorização do diferente como *diferente* – e não como “melhor” ou “pior” (MECYT & MEC, 2008, p. 14). Portanto, respondendo ao questionamento acima,

* Pedagogo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, atualmente exerce a função de Diretor de Políticas de Ensino de Graduação do IFRR. E-mail cesarpedago@ifrr.edu.br

para que a escola seja intercultural, é necessária a participação ativa de todas as culturas no processo de construção da identidade da escola.

Dessa forma, o currículo precisa basear-se em *formas de organização das rotinas* que permitam aos envolvidos de duas cidadanias e de várias culturas participar das tomadas de decisões e da execução de todas as fases do ensino, em todos os níveis em que isso se fizer necessário. O *planejamento coletivo dos professores* é um dos pilares desse procedimento, pois dá às escolas envolvidas um máximo de responsabilidade na escolha das *problemáticas dos projetos de aprendizagem* e no planejamento do tratamento que esses temas terão (MECyT& MEC, 2008, p. 27).

Por ser o currículo também um documento que envolve a construção de significados e valores culturais, não pode ser pensado como um instrumento apenas de transmissão de fatos e conhecimentos cognitivos, mas também como uma ferramenta que contemple a pluralidade cultural, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia, ou em outras características individuais e sociais. (SILVA, 2010, p. 216).

Nesse enfoque, podemos observar que a escola não opera no vazio. A cultura que ali se transmite não cai em mentes sem outros significados prévios. Aqueles que aprendem dentro da educação

escolarizada são seres com uma bagagem prévia de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos fora das escolas (SACRISTÁN, 1995, p. 89).

Partindo desse princípio, você deve estar curioso de saber como elaborar um currículo que valorize as diversas culturas, crenças, etc. Como você já deve ter percebido, um currículo na envergadura de interculturalidade, antes de tudo, tem de ser um currículo que combata qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia, ou em outras características individuais e sociais.

Pode-se, portanto, afirmar que a escola é um espaço onde a interculturalidade deve ser vivenciada de forma muito clara, por ser essa uma maneira de intervenção diante dessa realidade que tende a colocar ênfase na relação entre culturas. Nesse sentido, um programa curricular que valoriza as contribuições de várias culturas de forma explícita dinamiza e potencializa o conhecimento numa perspectiva intercultural (SILVA, 2010, p. 219).

Então, podemos perceber que a concepção de currículo na fronteira deve estar embasada em duas vertentes. A primeira refere-se à construção do conhecimento mais sólido e recheado de significados. A segunda diz respeito a pensar um currículo que possibilite concretizar uma educação digna, e de qualidade, para aqueles que se encontram na fronteira.

Agora, para que não haja dúvidas na elaboração do currículo de fronteira, é necessário encaminhar a discussão acerca da complexidade do tema, pois ele deve estar intrinsecamente ligado à questão da diferença e da igualdade, sendo fundamental para avançarmos no entendimento de currículo com o cheiro de *interculturalidade* numa abordagem pedagógica. Então, vejamos:

Interculturalidade: abordagens pedagógicas

Como deve ser a relação escola-cultura na fronteira?

Para responder a esse questionamento, Candau sintetiza as argumentações com relação à cultura escolar e apresenta os desafios que a escola terá de enfrentar como partícipe de uma sociedade altamente produtora de conhecimento. Nesse sentido, tecemos algumas considerações defendidas pela autora em relação à cultura escolar. Vejamos:

- ✓ A pluralidade de espaços, tempos e linguagens não deve ser apenas reconhecida, mas também promovida.
- ✓ A educação não pode ser enquadrada numa lógica unidimensional, aprisionada numa institucionalização específica.

- ✓ É preciso ter um horizonte de sentido. Em outras palavras, significa formar indivíduos capazes de serem sujeitos de suas próprias vidas e, ao mesmo tempo, atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade. É preciso ter também um horizonte utópico, pois “sem horizonte utópico, indignação, admiração e sonho de uma sociedade justa, solidária e inclusiva, onde se articulem políticas de igualdade e de identidade, para nós não existe educação” (CANDAU, 2000, p. 13, apud GASPARIN e MORRANTE, 2006, p. 24).

Então, para finalizar nossa abordagem, apresentamos alguns desafios sugeridos por Candau (2005), que deverão ser enfrentados:

- a) Desconstruir: penetrar no universo de preconceitos e discriminações presentes na sociedade brasileira. Para a promoção de uma educação intercultural, é necessário reconhecer o caráter desigual, discriminador e racista da nossa sociedade, da educação e de cada um (a) de nós.
- b) Questionar o caráter monocultural e o etnocentrismo que, explícita ou implicitamente, estão presentes na escola e nas políticas educativas e que impregnam os currículos escolares.
- c) Articular igualdade e diferença: é importante articular, no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural com as questões relativas à igualdade e à educação como direito de todos (as).
- d) Resgatar os processos de construção das nossas identidades culturais tanto no nível pessoal quanto no coletivo. É importante que se opere com um conceito dinâmico e histórico de cultura capaz de integrar as raízes históricas e as novas configurações, evitando-se uma visão das culturas como universos fechados e em busca do *puro*, do *autêntico*, como uma essência preestabelecida e um dado que não está em contínuo movimento.
- e) Promover experiências de interação sistemática com os “outros” para sermos capazes de relativizar nossa própria maneira de nos situarmos diante do mundo e atribuir-lhe sentido. É necessário que experimentemos uma intensa interação com os diferentes modos de viver e expressar-se, numa dinâmica sistemática de diálogo e construção conjunta entre diferentes pessoas e/ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, entre outras.

- f) Reconstruir a dinâmica educacional: a educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do professor, a relação com a comunidade, entre outros fatores.
- g) Favorecer processos de “empoderamento”, que começam pela possibilidade de poder que cada indivíduo possui a fim de que possa ser sujeito de sua vida e ator social. O empoderamento tem também uma dimensão coletiva: trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil.
- h) Em síntese, a promoção de uma educação intercultural é complexa, pois exige problematizar diferentes elementos e o modo como concebemos nossas práticas educativas e sociais. Além disso, aposta na relação entre grupos sociais e étnicos. A perspectiva intercultural visa promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais.

Neste primeiro momento, há a oportunidade de conversar sobre a “Educação de Fronteira: desafios pedagógicos para a cooperação educacional de fronteira”. Além disso, vê-se a importância e a necessidade de reconhecer os conceitos, as características e os princípios de cooperação pedagógica na fronteira, haja vista as dificuldades pedagógicas na consolidação do currículo, bem como as informações essenciais para subsidiar as políticas educacionais na elaboração do currículo em escolas de fronteira.

Em seguida, apresentamos os procedimentos que foram utilizados pela equipe do IFRR na implantação do *Campus* Avançado do Bonfim numa perspectiva de *campus* binacional.

Diante das limitações das oportunidades educacionais e de formação profissional, e visando ao cumprimento de sua função social, o IFRR, em 2012, lançou um grande desafio: a ampliação de suas atividades na fronteira com a cidade de Lethen, chegando até parte das comunidades fronteiriças sem prejuízos para a qualidade das ações que desenvolve, incrementando sua atuação como agência de formação profissional na disseminação do conhecimento científico e da inovação tecnológica, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão como instrumentos de promoção do desenvolvimento socioeconômico, de

combate às desigualdades e de aproximação entre a instituição e a sociedade. Para tanto, a primeira ação foi constituir uma equipe de profissionais para elaborar e acompanhar todos os procedimentos da implantação do *campus*.

O primeiro passo da equipe foi realizar uma visita ao Bonfim para levantar informações geográficas, sociais e econômicas. Depois disso, a equipe realizou a análise das informações e elaborou alguns objetivos fundamentais para servir de direcionamento para outras etapas. São eles:

- a) a) Dotar o IFRR de condições estruturais que lhe permitam propiciar à comunidade do Município do Bonfim e do entorno a oferta de cursos de formação profissional e atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região por meio da inserção do trabalhador no processo produtivo e no contexto sociocultural;
- a) b) Estabelecer as diretrizes norteadoras para a definição das áreas de atuação do *campus* nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica;
- a) c) Identificar as condições necessárias e suficientes para a implantação e o funcionamento do *Campus Avançado* do Bonfim;
- a) d) Proporcionar a capacitação e a qualificação dos profissionais que atuam no setor público, bem como dos demais trabalhadores, no âmbito do município e do entorno.

Com os objetivos fortalecidos, foi necessário pensar nas razões que justificassem a implantação do *campus*:

- ✓ A atual impossibilidade de o IFRR estender suas ações até àquele município e às comunidades do entorno, apesar da demanda existente;
- ✓ A inexistência de qualquer instituição ou ação de formação profissional e tecnológica no âmbito do município e do entorno;
- ✓ Os baixos índices socioeconômicos e os altos índices de desigualdades persistentes na região, demandando a presença do poder público com ações afirmativas que possibilitem ao cidadão a superação de limitações, a inserção produtiva no mercado de trabalho e a inclusão social;
- ✓ A localização do município em região de fronteira internacional cujo país vizinho (República da Guiana) já manifestou interesse em constituir parcerias com o Estado de Roraima e com o IFRR na área da educação, conforme consta na Ata da III Reunião do Comitê de Fronteira Brasil- Guiana, realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2012, em Boa Vista;

- ✓ O plano estratégico brasileiro do projeto Calha Norte, no qual o Município do Bonfim está incluído;
- ✓ O plano estratégico brasileiro do projeto Arco Norte, no qual o município está incluído, sendo este ligado à Guiana Inglesa pela ponte internacional do rio Tacutu, construída pelo Brasil, visando ao acesso do produto nacional ao porto de Georgetown;
- ✓ O processo de implantação no município de um porto seco para as atividades comerciais de importação e exportação;
- ✓ A classificação do município como uma Zona de Livre Comércio – ZLC.

Para a segunda etapa, e como resultado das negociações e entendimentos já mantidos entre dirigentes e técnicos do IFRR e representantes do poder público do Município do Bonfim, destacam-se os procedimentos realizados na implantação do *Campus Avançado do Bonfim*, quais sejam:

Identificação dos APLs (Arranjos Produtivos Locais)

No município, está em implementação um porto seco de importação e exportação, por meio do qual o Brasil terá acesso ao mercado europeu via porto de Georgetown, capital da República da Guiana, para a exportação de seus produtos a um custo menor que o dos portos nacionais. O município encontra-se classificado no PNDR do Ministério da Integração Nacional como região dinâmica. O principal arranjo produtivo está no setor de serviços, com 68%, seguido do setor agrícola, com 24,2%, e do setor industrial, com 5,6%.

Bonfim contribui com apenas 3,61% do PIB do estado. A base da atividade econômica do município está centrada na agricultura e na pecuária. As principais culturas são arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora, banana, laranja e caju. Destacam-se as culturas do arroz e da mandioca (para farinha de mesa), uma vez que são produtos básicos da alimentação da população. A cultura com os melhores índices de produtividade relativa é a laranja, seguida da mandioca.

Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, que representa 14% do rebanho do estado. O sistema de criação é o extensivo. A criação de suínos e aves é significativa. Parte da produção é consumida no próprio município, e o excedente é comercializado em todo o estado.

Está em andamento pela prefeitura a regularização de uma área de assentamento rural localizada no entorno da sede do município, destinada ao assentamento de pelo menos 106 famílias para o fomento a atividades ligadas à agricultura familiar.

As atividades voltadas para o comércio são representadas pela existência de mercearias, supermercados, açougues e lojas varejistas de artigos de vestuário e

material de construção. No ramo de prestação de serviços, são registrados bares, restaurantes, lanchonetes, oficinas mecânicas, sorveterias e pousadas/restaurantes. O setor industrial é inexistente, deixando no município uma lacuna econômica importantíssima na geração de emprego e renda. O quadro 03 mostra as principais potencialidades econômicas do município.

No campo educacional, o Município do Bonfim dispõe de seguinte infraestrutura:

- ✓ 15 escolas estaduais. Dessas, somente 5 não são indígenas, e apenas uma está localizada na sede do município. As outras 10 escolas estaduais são indígenas;
- ✓ 14 escolas municipais, das quais 8 são indígenas;
- ✓ Um *campus* da Universidade Virtual de Roraima – Univirr;
- ✓ Um *campus* da Universidade Estadual de Roraima – Uerr.

Segundo o IBGE, Censo Escolar de 2012, a matrícula escolar do município foi de 3.500 alunos. Nesse total, não estão incluídos os alunos atendidos pelas universidades estaduais (Uerr e Univirr).

Dados de Informações Sociais do Município do Bonfim

O município ainda é carente de estrutura social e de oportunidades de ocupação de sua população jovem, principalmente os residentes na sede, apesar da existência de iniciativas sociais tanto por parte do município quanto por parte do estado, tais como a estruturação do CRAS.

A falta de opção, e mesmo a ausência de instituições e programas sociais consistentes e continuados, que tenham por finalidade envolver os jovens e proporcionar-lhes perspectivas de futuro e de superação das atuais limitações e dificuldades, faz com que o município apresente um alto índice de consumo de drogas e de ocorrências de suicídios. Entre os programas sociais existentes, destacamos o programa Bolsa Família e o programa estadual Crédito Social, ambos importantes para a superação das dificuldades socioeconômicas da população do município.

Cabe ressaltar que o levantamento das informações previstas na segunda etapa foi primordial para que a equipe identificasse as possíveis áreas de atuação, sendo, portanto, realizadas no município três audiências públicas.

Assim, conforme as características do município e do entorno, foram identificadas atividades voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, para a melhoria qualitativa dos serviços públicos, para o setor de serviços e

comércio, bem como para as comunidades indígenas. Essas informações foram cruciais, o que resultou na apresentação dos seguintes eixos tecnológicos:

Áreas Profissionais ou Eixos Tecnológicos Prioritários

Os seguintes eixos tecnológicos foram identificados nas audiências públicas e serviram para configurar como referência para a organização do trabalho pedagógico e a oferta de cursos, sem prejuízos para outros:

- Agricultura
- Serviços
- Gestão
- Hospitalidade e Turismo
- Comércio
- Formação Pedagógica
- Saúde
- Alimentos

Após cumprir as etapas destacadas acima, e antes de partir para a etapa de Elaboração da Proposta Pedagógica, foi necessário realizar um encontro com o país vizinho, no intuito de obter informações de demanda para contemplar no currículo os arranjos produtivos da comunidade. Assim, foi realizado o encontro bilateral entre autoridades do Município do Bonfim e da República Cooperativista da Guiana.

Considerações Finais

O encontro foi satisfatório, pois, além de promover o estreitamento das relações com o país vizinho, suscitou a criação, no âmbito do IFRR, de grupos de trabalhos voltados para a temática da educação de fronteira, buscando o aprimoramento e o fortalecimento do intercâmbio cultural e o multilinguismo como forma de enfrentamento das fragilidades identificadas.

Bem, tivemos a oportunidade de, juntos, estudar alguns teóricos que discutem a questão do currículo de fronteira e apresentamos os procedimentos que subsidiaram a equipe responsável pela elaboração do projeto de implantação do *Campus* Avançado do Bonfim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Espero ter contribuído para o entendimento das principais ações na elaboração de um currículo de fronteira.

Referências

CANDAU, Vera Maria (org). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *Reinventar a Escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria. *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GASPARIN, J. L.; MORANTE, Adelia Cristina Tortoreli. Multiculturalismo e educação: um desafio histórico para a escola. *Anais... VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2006, Campinas-sp. HISTEDBR-VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas-SP: Unicamp, 2006. v. 1. pp. 1-27.*

IFRR. Proposta de implantação de polo no município de Bonfim-RR, 2013.

MECyT& MEC. *Programa Escolas Bilíngues de Fronteira: modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol*. Buenos Aires e Brasília: 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Zenete Ruiz da. Educação e intercultura para além da fronteira. *REP – Revista Espaço Pedagógico*, v. 17, n. 2, Passo Fundo, p. 211-222, jul./dez. 2010.